A IGREJA CATÓLICA E A QUESTÃO COLONIAL PORTUGUESA

Tendo sido a epopeia dos descobrimentos justificada, em boa parte, pelo espírito missionário cristão, é naturalmente importante acompanhar a evolução do posicionamento da Igreja ao longo do processo de colonização dos novos mundos.

Do início da expansão até meados do século XX, a posição da Santa Sé foi de apoio à obra de civilização levada a cabo pelas potências coloniais nos territórios sob sua administração. Embora se assinalassem, desde o longínquo século XVI, querelas pontuais entre os missionários e os poderes administrativos coloniais – resultantes, geralmente, da defesa dos direitos dos autóctones por parte dos primeiros –, a Igreja de Roma não condenava, em si mesma, a existência de colónias.

O final da 2.ª Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas vão proporcionar o desenvolvimento de uma filosofia anticolonial, que, lentamente, vai fazer o seu curso no pensamento da Igreja. Em Portugal, no entanto, a poucos meses de se iniciar a guerra em Angola, uma nota do Episcopado da Metrópole, datada de 13 de Janeiro de 1961 e redigida pelo cardeal D. Manuel Cerejeira, abordava a questão ultramarina nos seguintes termos:

> A guarda e conservação e desenvolvimento da herança, que todo o Portugal considera ter-lhe sido confiada pela Providência, está no 'sentido' da sua história, tem a significação e valor de serviço ao homem, à família, à sociedade, à ordem, à civilização, ao mundo.[1]

Esta atitude não tardaria a ficar em divergência com a orientação vinda de Roma, nomeadamente após a realização do Concílio *Vaticano II.* A 11 de Abril de 1963, surge a Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII. Nesse notável documento, o Santo Padre dá o primeiro sinal do pensamento moderno da Igreja em matéria colonial:

> ...em nossos dias, evoluiu a sociedade humana para um padrão social e político completamente novo. Uma vez que todos os povos já proclamaram e estão para proclamar a sua independência, acontecerá dentro em breve que já não existirão povos dominadores e povos dominados.
>
> As pessoas de qualquer parte do mundo são hoje cidadãos de um Estado autónomo ou estão para o ser. Hoje, comunidade nenhuma de nenhuma raça quer estar sujeita ao domínio de outrem.[2]

A posição da Igreja não parecia oferecer dúvidas. Em Junho de 1963, logo após o falecimento do papa João XXIII, Salazar pressente que pode estar para breve uma mudança sensível no pensamento político da Igreja. Em carta para o advogado Carlos Costa, que estivera na reunião da Acção Católica, no Porto, o chefe do governo diz:

> É preciso ter presente que salvo uma reviravolta proveniente da eleição do novo Papa, mas imprevisível e improvável, nós vamos ter um período de invasão progressista na Igreja em Portugal, como em muitos outros países. O Concílio e as encíclicas papais abriram largas perspectivas ao progressismo, ainda que não fosse essa de modo algum a intenção. Os Bispos terão dificuldade em manter a disciplina no clero que por muitas partes se revelará ousado e impertinente. É preciso que em toda a parte onde se sinta esse deslize? desatino? alguém tenha a coragem de rebater as acusações infundamentadas e injustas. Não pode prever-se que tempo durará esta crise que assolará a Igreja. É nosso dever auxiliar os próprios servidores dela a libertarem-se da confusão em que estão lançados.

Poucos dias depois, ao tomar conhecimento da eleição do cardeal Montini como papa Paulo VI, Salazar conclui o seu raciocínio, afirmando:

---

[1] AFONSO, Aniceto e MATOS GOMES, C., *Os Anos da Guerra – 1961.1975*, p. 560.
[2] JOÃO XXIII, *Pacem in Terris*, p. 24.

Vamos ter tempos difíceis com a Igreja.[3]

Salazar não se enganava nas suas conjecturas. De facto, dois anos volvidos, Paulo VI vai à ONU discursar perante a Assembleia Geral do organismo (04.10.1965). O novo Papa elogia a missão das Nações Unidas e compara a sua dimensão universal à da própria Igreja de Cristo. Aplaude a abertura da organização aos países que recentemente se tornaram independentes e faz um veemente apelo ao direito, à justiça e à negociação para evitar a violência e a guerra.

O discurso é recebido com entusiasmo em todo o mundo. Em Lisboa, nem por isso. Salazar comenta assim as palavras do Papa:

> Não duvido de que nos próximos meses a ONU procure alimentar-se do prestígio trazido à instituição pelas teses defendidas no discurso e se apresente ao mundo aureolada de todos os ditirambos generosamente espargidos por toda a oração. (...) A ONU e sua missão receberam a bênção papal. (...) Embora o colonialismo possa revestir diversas formas e a palavra assuma os mais diversos significados, a inserção do termo na passagem em que se encontra permite a povos africanos a exploração de que a nós se dirige e traduz condenação da nossa política ultramarina. Bem vistas as coisas, é à obra colonial que se deve a paz em África no último século e à descolonização que se devem as guerras actuais e as que nos aguardam no tempo presente e nos próximos.[4]

Daí em diante, é por demais evidente que o Vaticano acompanha de perto o caso português em África. Possui, para o efeito, a extraordinária rede de informadores que a acção missionária proporciona. O bispo da diocese moçambicana da Beira, D. Sebastião Soares de Resende, seria das primeiras figuras da Igreja portuguesa a romper com a atitude totalmente acrítica relativamente ao exercício da dominação colonial e à guerra que ali principiara em 1964. A própria acção das Missões, muitas delas constituídas por sacerdotes estrangeiros, foi-se desenvolvendo numa perspectiva de defesa dos direitos humanos e sem subordinação ao poder político instalado, daí resultando diversos conflitos e expulsões de ordens e de missionários.

Em Maio de 1971, o Vaticano substitui o velho cardeal Gonçalves Cerejeira na diocese de Lisboa. Para o seu lugar é nomeado D. António Ribeiro, um jovem prelado de espírito aberto. A Igreja portuguesa dá sinais de renovação mental, trazendo para o regime político novas e incómodas preocupações. Marcello Caetano, que não era católico praticante, descreve deste modo o sentimento que essa mutação lhe sugeriu:

> A Igreja fora sempre em Portugal o grande sustentáculo da moral tradicional, que é a moral cristã, e o sólido apoio das famílias na educação dos jovens segundo esses princípios. Mas o espírito da dúvida acerca dos valores morais e dos métodos de educação entrou também na Igreja. Sacerdotes com fumos de intelectualidade apressaram-se a perfilhar as novas ideias sobre conduta em sociedade, onde o materialismo pusera a sua marca, e abençoá-las como frutos apurados de um requintado espírito cristão. Cheios os bispos do temor de usar a sua autoridade (não fossem chamá-los de fascistas!) não tardou que nos retiros, nos colóquios, nos colégios religiosos, começasse a imperar como boa a doutrinação progressista.[5]

Para agravar a situação, do ponto de vista do governo de Lisboa, em 1 de Julho de 1970, o Papa Paulo VI recebe, em audiência, três dos principais dirigentes dos movimentos de libertação que combatem Portugal: Amílcar Cabral (PAIGC), Agostinho Neto (MPLA) e Marcelino dos Santos (FRELIMO). Este último, em declarações à imprensa romana, revela que o Santo Padre lhes manifestara a sua solidariedade para com a luta pela independência. Embora, posteriormente, o Vaticano tenha omitido qualquer referência ao conteúdo das palavras proferidas por Paulo VI, o certo é que esta audiência tinha o simbolismo do corte definitivo do apoio da Igreja à presença portuguesa no

---

[3] NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, Vol. V, p. 487.
[4] *Ibidem*, Vol. VI, pp. 75-76.
[5] CAETANO, Marcello, *Depoimento*, p. 152.

ultramar. Assim o entenderam muitos portugueses, entre os quais tantos dos que combatiam em África, convencidos de que estavam a defender a civilização cristã.

SURPRESA E PROFUNDA MÁGOA EM TODA A NAÇÃO PORTUGUESA

INSÓLITO E LAMENTÁVEL

O PAPA RECEBEU TERRORISTAS

RESPONSÁVEIS PELA CHACINA DE MILHARES DE CRISTÃOS

O GOVERNO MANIFESTOU O SEU PROTESTO
CHAMOU A LISBOA O EMBAIXADOR DE PORTUGAL
E AGUARDA OS ESCLARECIMENTOS DA SANTA SÉ

DO MINISTERIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS RECEBEMOS A SEGUINTE NOTA OFICIOSA:

«1. Teve o Governo Português conhecimento, através das agências informativas internacionais, de notícias contraditórias relativas às circunstâncias em que chefes dos movimentos terroristas que atacam as fronteiras portuguesas haviam sido recebidos por Sua Santidade o Papa Paulo VI.

2. Perante a extrema gravidade de tais notícias, entendeu o Governo não dever perturbar a consciência dos portugueses antes de serem

Trecho da 1.ª página do *Diário de Notícias* de 5 de Julho de 1971

O governo português, tendo tido conhecimento da audiência no próprio dia em que ela teve lugar, percebeu imediatamente que fora assestado um profundo golpe na política colonial portuguesa e nas bases históricas que o regime não se cansava de evocar. Paralisado pela violência do choque, o governo congelou a notícia até ao dia 5 de Julho, emitindo, então, uma Nota Oficiosa extremamente contundente, da qual transparecia claramente a dimensão da ferida que se acabara de abrir entre Lisboa e a Santa Sé.

O Estado Novo, tendo nascido pela mão das Forças Armadas e crescido com a clara aliança da Igreja Católica portuguesa, começava a aperceber-se de que os tempos de cumplicidade se aproximavam do fim. Seguir-se-ia, com naturalidade, o processo de ruptura com a Instituição Militar.

Certamente influenciado pelas notícias que davam conta de alguns excessos cometidos pelas tropas portuguesas em Moçambique, o Bispo de Nampula, D. Manuel Vieira Pinto, profere em 1 de Janeiro de 1974 a tradicional homilia alusiva às comemorações do dia mundial da Paz. Nessa homilia, o prelado fala da Paz, fazendo, naturalmente, largas alusões à guerra que se desenrola ali perto:

1. Ouvi-me uma vez ainda, homens que chegastes ao limiar do novo ano de 1974. Ouvi-me, repito. Eu quero falar-vos uma vez mais de paz.

(...)

2. Importa, porém, não confundir a paz com a ordem estabelecida, com as forças da ordem, com a ausência de armas, com o medo dos fracos, com a repressão dos fortes, com o silêncio dos mortos.

A paz é algo que se deve não apenas manter mas produzir, e produzir a partir da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; a partir da consciência política do homem. Não é, por conseguinte, compatível com a «ordem» à custa da verdade, da justiça, do amor e da liberdade; não é repressão, não é medo, não é silêncio, não é morte. A paz é o homem, e o homem é o coração da paz. Daqui a necessidade urgente de tomar o homem a sério se queremos seriamente a paz. E não apenas o homem sem nome, distante, desconhecido, mas o homem daqui e de hoje, o homem que em Moçambique sofre, há quase dez anos, a violência da guerra, e que certamente deseja a paz.

Por isso, falar da paz em Moçambique sem falar lealmente da guerra que o mancha de sangue seria iludir o problema fundamental; seria aumentar a violência. Já o Profeta Ezequiel se insurgia contra os falsos profetas que, enganando o povo, afirmavam que tudo ia bem quando tudo ia mal (Ez. 13 10-16)

(...)

3. A paz em Moçambique impõe-nos, antes de mais, o dever de repensar a guerra – «a guerra que não queremos» – com uma mentalidade nova e com uma nova determinação (G. S. 80). Repensar a guerra, aqui e hoje, é reconhecer e identificar lealmente os conflitos que, dentro e fora do nosso contexto, concorrem para a destruição da paz. É rever, em espírito de diálogo, os direitos e deveres que dão consistência à paz do homem e do povo de Moçambique. É interrogarmo-nos serenamente se esta guerra será um meio digno e um meio apto para resolver o conflito aberto; se na base do litígio não estará em causa mais do que uma «agressão» e uma «legítima defesa» uma justa aspiração deste povo à emancipação. É interrogarmo-nos seriamente sobre as injustiças e crimes que, no decorrer da guerra, uns e outros podem cometer.

Em Moçambique há efectivamente conflitos. E, se é possível limitar e controlar a acção armada, outro tanto não sucede com a acção psicológica.

A guerra em Moçambique é, infelizmente, uma realidade. E uma realidade que perturba, cada vez mais, as populações. Iniciada em 1964 no distrito de Cabo Delgado, estendeu-se, ao longo destes dolorosos dez anos, por cinco distritos e afecta hoje grande parte das populações neles residentes; mobiliza milhares de homens, implica o dispêndio de somas muito importantes, tem já no seu passivo milhares de vítimas.

4. Mas não basta reconhecer os conflitos. Necessário se torna rever os direitos e os deveres que dão consistência à paz em Moçambique.

(...)

Querer seriamente a solução dos conflitos em curso é querer, em primeiro lugar, a justiça integral do homem e das populações de Moçambique. Isto leva-nos a eliminar corajosamente as situações de injustiça e, ao mesmo tempo, a promover, no diálogo, o crescimento integral do homem e do povo.

(...)

A «Populorum Progressio» de Paulo VI, fiel à vocação integral do homem, afirma claramente que os povos devem ser desenvolvidos de modo a que cheguem «a ser por si mesmos artífices do próprio destino», sujeitos e não objectos da própria história (P. P. 65). Nesta perspectiva, a autodeterminação é um direito natural e um imperativo inerente ao verdadeiro desenvolvimento. E, como direito, implica o dever de o homem e os povos, em vias de crescimento, se tornarem aptos a escolher livremente as suas próprias instituições políticas, culturais, económicas e sociais. (...)

A Igreja não só reconhece o direito dos povos à própria identidade, como também procura promover entre os povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, colonizados e antigos colonizadores, ricos e pobres, uma justa e leal cooperação de modo a eliminar possíveis neocolonialismos, e a criar condições que permitam uma efectiva autodeterminação. (...)

A paz e a guerra, em Moçambique, dependem também da tomada de consciência dos povos ontem dominados por sistemas coloniais e hoje em busca progressiva de uma justa e efectiva emancipação; dependem das razões por que combatem uns e outros; dependem com certeza do reconhecimento ou não reconhecimento da dignidade do homem e do povo de Moçambique e das iniciativas que dêem conteúdo e expressão real aos direitos inerentes a uma justa e progressiva autodeterminação. Parece que tudo isto obriga a colocar a solução do conflito mais na acção prática do que na força das armas – uma acção política fundada no direito, aberta ao diálogo e às soluções dignas.

(...)

Apesar dos esforços que, certamente, se terão feito para pôr termo à guerra em Moçambique, cabe todavia perguntar: quem responderá, diante de Deus e da história, pelo sangue derramado ao longo destes dolorosos dez anos, se na busca sincera de uma solução honrosa do conflito não foram, de facto, esgotados todos os recursos de negociações pacíficas?

(...)

A história julgará os homens que, ao longo destes dez anos de guerra, cometeram impunemente acções violentas e homicidas contra inocentes.

(...)

8. O direito à vida e à dignidade da vida exigem das forças empenhadas na luta o respeito pela imunidade das populações civis. Nas guerras de tipo subversivo as populações são de facto um dado fundamental. Delas depende, em grande parte, o êxito ou o fracasso dos combatentes. Não admira, portanto, que sejam disputadas por uns e por outros, correndo assim o grave perigo de serem duramente pressionadas, oprimidas ou mesmo flageladas. E muitas vezes o têm sido. Desde as represálias sangrentas até às intimidações, aos raptos, às detenções arbitrárias, às pressões físicas e psicológicas, aos assassinatos, à destruição das habitações, das produções agrícolas – tudo têm sofrido nestes longos dez anos de guerra. Constitui, na verdade, para todos

uma grave e tremenda responsabilidade o caminho sangrento que milhares de pessoas estão a percorrer dia a dia desde o primeiro momento de guerra.
(...)
Apesar das ambiguidades inerentes à guerra subversiva, a ninguém é lícito oprimir, de qualquer modo, as populações civis sob o pretexto de possível conivência com o adversário ou de possível perigo. Em qualquer circunstância assiste-lhes o direito de serem respeitadas na sua dignidade inviolável, na sua vocação à liberdade.
9. Não é lícito igualmente fomentar a violência nas populações civis como possível barragem contra o inimigo definido ou latente. Cultivar sentimentos de ódio e de vingança será alargar indefinidamente o círculo infernal da violência e da morte.
Perante a escalada da violência não será fomentando manifestações públicas – tanto mais se inspiradas pelo medo, pelo ódio, pelo desejo de vingança – que venceremos a batalha da paz. Não será exigindo a defesa de uns à custa do extermínio de outros que reconstruiremos a concórdia na justiça. Não será semeando a morte que obteremos a vida.
Os homens de Moçambique, as raças, as culturas devem encontrar-se. E parece ter chegado a hora do encontro. Será um encontro na morte ou um encontro na vida e para a vida?
(...)
Sentimos que Moçambique vive um momento decisivo. É hora dos homens dignos do Homem.
(...)
Sabemos como são difíceis os caminhos da paz justa; como são numerosos e graves os obstáculos à vitória do diálogo sobre a confrontação armada.

NAMPULA, Janeiro de 1974.

Manuel
Bispo da Igreja em Nampula [6]

Esta homilia, cujo texto policopiado teve grande difusão em Moçambique e Portugal, causou a mais viva reacção da parte do governo e de alguns sectores das Forças Armadas. D. Manuel Vieira Pinto seria acusado de traição e expulso de Moçambique.

Tal como sucedera relativamente à audiência do Papa Paulo VI aos dirigentes do PAIGC, MPLA e FRELIMO, a posição do Bispo de Nampula causou profundas feridas no íntimo dos militares mais conscientes do impasse em que se caíra. Mas as palavras do Bispo foram, também, sentidas como crítica injusta à acção dos militares, os quais, não sendo os responsáveis pela guerra em si mesma, combatiam com as regras possíveis naquelas circunstâncias.

Do ponto de vista estritamente pastoral, no entanto, a posição do Bispo era inatacável. Desde havia algum tempo que se vinham mencionando nos órgãos de comunicação social internacionais acções do Exército português de que haviam resultado mortes em habitantes de núcleos populacionais moçambicanos. Essas acções, então designadas por *massacres*, haviam sido veiculadas para o exterior por elementos do clero local, sendo do desconhecimento de muitos dos militares portugueses que combatiam em Moçambique. Mas essa origem permite estabelecer uma lógica ligação com a tomada de posição do prelado de Nampula.

David Martelo - 2019

[6] Conforme transcrição In *«História Contemporânea de Portugal»* (Prof. João Medina), Estado-Novo, Tomo II, pp. 248-249.